

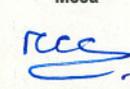
REQUERIMENTO Número /XI (1.ª)

PERGUNTA Número 3805/XI (2.ª)

Assunto: Abastecimento de água na freguesia da Marmeleira

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada 393945	Publique-se
Classificação 61041021 1 1	614111
Data 11.04.05	Q Secretário da Mesa 

*Por determinação de S.º S.º P.º A.º R. n.º
Sra Secretária da Mesa*

11.04.05

O problema do abastecimento de água na freguesia da Marmeleira, Concelho de Rio Maior, já se arrasta há vários anos e tem afectado quer o caudal quer a qualidade da água que é servida aos moradores. O sistema de distribuição é extremamente antigo e constituído por condutas de 50mm de Fibro-Cimento (um material que contém amianto).

Os utentes têm-se queixado, não apenas de um caudal manifestamente insuficiente, mas também de um intenso cheiro a cloro. A gravidade destes problemas varia fortemente conforme a localização dos utentes dentro da freguesia. No entanto, as análises levadas a cabo pela Unidade de Saúde Pública não apuraram irregularidades.

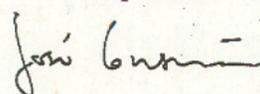
Acresce que as quantidades de água que são pagas à empresa Águas do Oeste e as que são efectivamente cobradas apresentam diferenças gritantes, que apontam para fugas ou desvios na rede e oneram fortemente a despesa da autarquia com o abastecimento da freguesia.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Qual o método através do qual são realizadas as análises da qualidade da água e está v. exa. em condições de garantir que elas são feitas nos vários pontos da freguesia?
2. Existe alguma avaliação sobre os impactos da utilização de condutas com amianto no abastecimento de água e que medidas tem tomado o Ministério para a sua substituição?
3. Representando a actual situação um risco potencial para a Saúde Pública, que apoios estão previstos para autarquias que pretendam substituir redes degradadas, tendo em conta que os custos associados à sua não renovação excedem largamente os montantes de investimento necessários?

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

O Deputado,



José Gusmão